



ESTADO DE MATO GROSSO - VALE DO CABAÇAL
MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU

LEI N. 662, DE 21 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial ao orçamento programa do Município, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU/MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial até o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), ao Orçamento Programa do Município para o exercício financeiro de 2020, nos termos da Lei Municipal 642/2019 - LOA, destinado a atender as despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, conforme discriminado abaixo:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 – Assistência Social

Sub-Função: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 0090 – Assistência Social em Geral

Ação: 2.126 – Ações para Enfrentamento e Combate ao COVID19

Elemento: 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo DeterminadoR\$ 1.000,00
3.1.90.11.00 – Venc. Vant. Fixas – Pessoal Civil.....R\$ 1.200,00
3.1.90.13.00 – Obrigações PatronaisR\$ 1.000,00
3.3.90.30.00 – Material de ConsumoR\$ 70.000,00
3.3.90.32.00 – Material de Distribuição GratuitaR\$ 30.000,00
3.3.90.36.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa FísicaR\$ 8.000,00
3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa JurídicaR\$ 30.000,00
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material PermanenteR\$ 1.000,00

Fonte de Recursos: 0.1.29. Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS

Elemento: 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo DeterminadoR\$ 500,00
3.1.90.11.00 – Venc. Vant. Fixas – Pessoal Civil.....R\$ 500,00
3.1.90.13.00 – Obrigações PatronaisR\$ 500,00



ESTADO DE MATO GROSSO - VALE DO CABAÇAL
MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU

3.3.90.30.00 – Material de Consumo	R\$ 4.300,00
3.3.90.32.00 – Material de Distribuição Gratuita	R\$ 500,00
3.3.90.36.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física	R\$ 500,00
3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 500,00
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	R\$ 500,00

Fonte de Recursos: 0.1.27. Demais Recursos Vinculados Destinados Assistência Social

Art. 2º. Os recursos Orçamentários para dar Cobertura aos Créditos Adicionais Especiais abertos no artigo anterior, conforme disposições contidas no art. 43 da Lei Federal 4.320/64, serão compostos por:

I – até o valor de R\$ 142.200,00 (Cento e Quarenta e Dois Mil e Duzentos Reais), resultantes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias já contempladas no orçamento programa para 2020, nos termos do Inciso III, § 1º do Art. 43.

I – até o valor de R\$ 7.800,00 (Sete Mil e Oitocentos Reais), resultantes de excesso de arrecadação em decorrência do crédito de receita não contemplada inicialmente no orçamento programa para 2020, nos termos do Inciso II, § 1º do Art. 43.

Art. 3º. Caso os saldos dos créditos especiais abertos por esta lei não sejam suficientes, para o registro total das despesas para execução do programa de trabalho de seu objeto, os mesmos poderão serem suplementados até os limites dos saldos necessários nos termos das leis de remanejamento e suplementação em vigor.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroagindo à 01 de junho de 2020, sendo revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu/MT, 21 de julho de 2020.


WEMERSON ADÃO PRATA
Prefeito Municipal



mentados até os limites dos saldos necessários nos termos das leis de remanejamento e suplementação em vigor.

Artigo 4º. Esta lei entrará em vigor com seus efeitos retroagindo a data de 01 de junho de 2020, sendo revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu/MT, 21 de julho de 2020.

WEMERSON ADÃO PRATA

Prefeito Municipal

JURÍDICO
LEI N. 663, DE 21 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre autorização para inclusão de ação (projeto/atividade) nas Leis Municipais nº 599/2017 – PPA 2018/2021 e Lei nº 636/2019 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU/MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Para atender às necessidades Orçamentárias do Poder Executivo, fica incluído no Anexo de Ações, e demais anexos pertinentes, da Lei Municipal nº 599/2017 – Plano Plurianual, para o quadriênio 2018 a 2021, a seguinte ação:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 – Assistência Social

Sub-Função: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 0090 – Assistência Social em Geral

Código / Sigla	TIPO (Proj/Ativ)	Descrição da Ação	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Quantidade do Ano em Curso (2020)	Valor em R\$ do ano em Curso (2020)
2.126 – AECC	2	Ações para Enfrentamento e Combate ao COVID19	Secretaria Municipal de Assistência Social	Unidade	01	150.000,00

Art. 2º. Fica incluído no Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal nº 636/2019 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2020, a seguinte ação:

Programa: 0090 – Assistência Social em Geral

Órgão / Unidade	FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO	AÇÃO	PRODUTO	UNID. DE MEDIDA	META FÍSICA	META FINANCEIRA
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Assist. Social Unidade: 02 – Fundo Municipal de Assist. Social	Função: 08 – Assistência Social Sub-Função: 244 – Assistência Comunitária	2.126 – Ações para Enfrentamento e Combate ao COVID19	Manutenção do Programa Realizada	Unidade	1,00	R\$ 150.000,00

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroagindo a 01 de junho de 2020, sendo revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu/MT, 21 de julho de 2020.

WEMERSON ADÃO PRATA

Prefeito Municipal

JURÍDICO
LEI N. 662, DE 21 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial ao orçamento programa do Município, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU/MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial até o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), ao Orçamento Programa do Município para o exercício financeiro de 2020, nos termos da Lei Municipal 642/2019 - LOA, destinado a atender as despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, conforme discriminado abaixo:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 – Assistência Social

Sub-Função: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 0090 – Assistência Social em Geral

Ação: 2.126 – Ações para Enfrentamento e Combate ao COVID19

Elemento: 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado
..R\$ 1.000,00

3.1.90.11.00 – Venc. Vant. Fixas – Pessoal Civil.....R\$ 1.200,00

3.1.90.13.00 – Obrigações PatronaisR\$ 1.000,00

3.3.90.30.00 – Material de ConsumoR\$ 70.000,00

3.3.90.32.00 – Material de Distribuição GratuitaR\$ 30.000,00

3.3.90.36.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa FísicaR\$ 8.000,00

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa JurídicaR\$ 30.000,00



4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material PermanenteR\$ 1.000,00

Fonte de Recursos: 0.1.29. Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS

Elemento: 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo DeterminadoR\$ 500,00

3.1.90.11.00 – Venc. Vant. Fixas – Pessoal Civil.....R\$ 500,00

3.1.90.13.00 – Obrigações PatronaisR\$ 500,00

3.3.90.30.00 – Material de ConsumoR\$ 4.300,00

3.3.90.32.00 – Material de Distribuição GratuitaR\$ 500,00

3.3.90.36.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa FísicaR\$ 500,00

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa JurídicaR\$ 500,00

4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material PermanenteR\$ 500,00

Fonte de Recursos: 0.1.27. Demais Recursos Vinculados Destinados Assistência Social

Art. 2º. Os recursos Orçamentários para dar Cobertura aos Créditos Adicionais Especiais abertos no artigo anterior, conforme disposições contidas no art. 43 da Lei Federal 4.320/64, serão compostos por:

I – até o valor de R\$ 142.200,00 (Cento e Quarenta e Dois Mil e Duzentos Reais), resultantes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias já contempladas no orçamento programa para 2020, nos termos do Inciso III, § 1º do Art. 43.

I – até o valor de R\$ 7.800,00 (Sete Mil e Oitocentos Reais), resultantes de excesso de arrecadação em decorrência do crédito de receita não contemplada inicialmente no orçamento programa para 2020, nos termos do Inciso II, § 1º do Art. 43.

Art. 3º. Caso os saldos dos créditos especiais abertos por esta lei não sejam suficientes, para o registro total das despesas para execução do programa de trabalho de seu objeto, os mesmos poderão ser suplementados até os limites dos saldos necessários nos termos das leis de remanejamento e suplementação em vigor.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroagindo à 01 de junho de 2020, sendo revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu/MT, 21 de julho de 2020.

WEMERSON ADÃO PRATA

Prefeito Municipal

JURÍDICO LEI N. 661, DE 21 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre a denominação de praça pública localizada no Município de Salto do Céu/MT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU/MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Passa a denominar-se “Praça Vereador Jadir Alves de Souza” a praça pública, localizada na Avenida Pedro Pedrossian, entre as Ruas Carlos Laet e Espírito Santo, no Centro do Município de Salto do Céu/MT.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu/MT, 21 de julho de 2020.

WEMERSON ADÃO PRATA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SETOR DE CONTRATOS-LICITAÇÕES PORTARIA N° 124/2020 DE 21 DE JULHO DE 2020

PORTARIA N° 124/2020 DE 21 DE JULHO DE 2020

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - MT, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que caberá a Prefeitura Municipal, nos termos do disposto nos artigos 58 inciso III e 67 da Lei nº 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrada através de um representante da Administração; **CONSIDERANDO** que os órgãos públicos devem manter fiscalizados. **CONSIDERANDO** que as principais atribuições do fiscal de contrato são: diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a contratada vem respeitando legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade. **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar as servidoras como Fiscal Titular Edelson Jose Barreto e Fiscal Substituto – Pedro Nicolau Link Fiscal do contrato 033/2020, que tem como objeto Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para locação de caminhão caçamba com motorista para atender a secretaria de obras do Município de Santa Cruz do Xingu-MT.

Em conformidade com as especificações, de acordo com a necessidade, **Pregão Presencial nº 008/2020**, com fundamento no artigo 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93, mediante autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Marcos de Sá Fernandes da Silva.

Determinar que o Fiscal ora designado, venha a: I – Zelar pelo fiel cumprimento o contrato, anotado em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei; II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelo CONTRATADO, em periodicidade adequada ao objeto do contrato; III – Atestar, formalmente as notas fiscais relativas aos serviços prestados antes do encaminhamento para liquidação e pagamento; IV – Emitir relatório; **Art. 2º** - Dê-se ciência ao funcionário designado e revogam-se as disposições em contrário. **Art. 3º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 21 DE JULHO DE 2020.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATOS-LICITAÇÕES TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO